

FORMULÁRIO PARA ENVIO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS: SELO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018

Tela de abertura

Envio de Documentos Comprobatórios: Selo Justiça em Números 2018

A Portaria CNJ n. 18 de 23 de abril de 2018 define o regulamento para concessão do Selo Justiça em Números a partir do ano de 2018. Para pontuação de alguns requisitos, os tribunais devem encaminhar os documentos comprobatórios estabelecidos neste formulário.

O sistema ficará aberto no período de **1º a 10 de setembro de 2018** (art. 6º).

Para cada item avaliativo deverá ser declarado se houve ou não cumprimento dos requisitos exigidos e, em caso positivo, prestar a informação solicitada ou anexar os documentos comprobatórios. Somente é possível encaminhar 1 arquivo por pergunta. Caso necessite anexar mais de um arquivo, utilize uma pasta “zipada”.

Para ter acesso ao formulário, envie mensagem para estatistica@cnj.jus.br, informando: Órgão, nome completo, CPF, e-mail e telefone. **Somente é possível o envio de um único formulário por tribunal.**

Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones (61) 2326-5266 / 2326-5268 ou pelo e-mail estatistica@cnj.jus.br.

QUESTIONÁRIO

Identifique o Órgão: _____

- 1) Possui Núcleo de Estatística, nos termos do art. 1º da Resolução CNJ n. 49/2007 (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso III)?

<Escolha apenas uma opção>

- 01 () Sim
02 () Não

Anexe a norma que instituiu o Núcleo de Estatística: <abrir item para upload>

- 1.1 Anexe a lista dos servidores do Núcleo de Estatística, contendo as respectivas informações de lotação, cargo, função e formação: <abrir item para upload>

- 2) Utiliza dados produzidos pelo Núcleo de Estatística nas Reuniões de Análise da Estratégia (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso IV)?

<Escolha apenas uma opção>

- 01 () Sim
02 () Não

- 2.1 Anexe as atas das reuniões realizadas entre 01/01/2018 e 31/08/2018:

<abrir item para upload>

- 2.2 Anexe os documentos utilizados nas reuniões que comprovem o uso de dados estatísticos na avaliação de desempenho.

<abrir item para upload>

- 3) Implantou e mantém em funcionamento o Comitê Gestor Regional nos termos dos arts. 4º e 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso V)?

<Escolha apenas uma opção>

- 01 () Sim
02 () Não

- 3.1 Anexe o ato normativo que instituiu o comitê, com a devida composição.

<abrir item para upload>

- 3.2 Anexe as atas das reuniões realizadas entre 01/09/2017 e 31/08/2018, contendo a lista de presença.

<abrir item para upload>

- 4) Publicou as Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) de todas as unidades de apoio direto e indireto à atividade judicante, na forma e prazos estabelecidos no art. 15, caput e parágrafo único da Resolução CNJ n. 219/2016 (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso VI)?

- 01 () Sim
02 () Não

- 4.1 Indicar o link de acesso da Tabela de Lotação de Pessoal publicada até 30/03/2018:

- 4.2 Indicar o link de acesso da Tabela de Lotação de Pessoal publicada (ou que será publicada) até 30/09/2018:

5) **Implantou a Resolução CNJ n. 219/2016 (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso VI)?**

<Escolha apenas uma opção>

- 01 () Sim
02 () Parcialmente
03 () Não

5.1 Data da implantação da Resolução CNJ n. 219/2016: __ / __ / ____

<informação de data>

5.2 Período de cálculo utilizado para aferição da média dos casos novos do triênio:

__ / __ / ____ a __ / __ / ____

<informação de data>

5.3 Média de casos novos do triênio no primeiro grau: _____ *<informação de número>*

5.4 Média de casos novos do triênio no segundo grau: _____ *<informação de número>*

5.5 Dados na data-base de 30/08/2018. Observar os conceitos da Resolução CNJ n. 219/2016.

- a) Servidores da área de apoio direto à atividade judicante lotados no 1º grau (incluir efetivos, requisitados, cedidos e comissionados): _____
- b) Servidores da área de apoio direto à atividade judicante lotados no 2º grau (incluir efetivos, requisitados, cedidos e comissionados): _____
- c) Servidores da área de apoio indireto à atividade judicante (excluídas as escolas judiciais e as áreas de TI): _____
- d) Valores integrais dos cargos em comissão alocados na área de apoio direto à atividade judicante de 1º grau: _____
- e) Valores integrais das funções comissionadas alocados na área de apoio direto à atividade judicante de 1º grau: _____
- f) Valores integrais dos cargos em comissão alocados na área de apoio direto à atividade judicante de 2º grau: _____
- g) Valores integrais das funções comissionadas alocados na área de apoio direto à atividade judicante de 2º grau: _____
- h) Valores integrais dos cargos em comissão alocados na área de apoio indireto à atividade judicante: _____
- i) Valores integrais das funções comissionadas alocados na área de apoio indireto atividade judicante: _____

5.6 As unidades judiciárias de primeiro grau foram agrupadas por critério de semelhança?

- 01 () Sim
02 () Não

5.6.1 Indique o critério: _____

5.7 As unidades judiciárias de segundo grau foram agrupadas por critério de semelhança?

- 01 () Sim
02 () Não

5.7.1 Indique o critério: _____

5.8 Há ato normativo ou documento que regulamente a implantação da resolução no âmbito do tribunal?

<Escolha apenas uma opção>

- 01 () Sim
02 () Não

5.8.1 Anexe o normativo ou documento: <abrir item para upload>

6) Disponibiliza no sitio eletrônico informações relativas à Resolução CNJ n. 102/2009 (Portaria n. 18/2018, art. 4º, incisos VIII e IX)?

<Escolha apenas uma opção>

01 () Sim

02 () Não

6.1 Indicar o link de acesso: _____

7) Criou o NUGEP na forma prevista nos arts. 6º e 7º da Resolução CNJ n. 235/2016 (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso XII)?

<Escolha apenas uma opção>

03 () Sim

04 () Não

7.1 Anexe o ato normativo que criou o NUGEP.

<abrir item para upload>

7.2 Anexe relação dos integrantes do NUGEP contendo o nome, lotação, cargo, telefone e e-mail.

<abrir item para upload>

8) Cumpriu com o disposto na Resolução CNJ n. 201/2015 (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso XIII)?

<Escolha apenas uma opção>

01 () Sim

02 () Não

8.1 Anexe o ato normativo que criou a unidade ou núcleo socioambiental. <abrir item para upload>

8.2 Anexe relação dos integrantes da unidade/núcleo socioambiental contendo o nome, lotação, cargo, telefone e e-mail. <abrir item para upload>

8.3 Indique o link de acesso ao relatório de desempenho, objeto do art. 23 da Resolução CNJ n. 201/2015:

9) Realizou atividades, durante o período de entre 01/01/2018 a 31/08/2018, com ampla participação de magistrados e de servidores de todos os graus de jurisdição, de forma a contribuir para uma gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário (Portaria n. 18/2018, art. 4º, inciso XV)?

<Escolha apenas uma opção>

01 () Sim

02 () Não

9.1 Anexe o Relatório de Gestão Participativa conforme modelo disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/05/6344c93cc288975656f47997681be571.docx>.

Deverá ser anexado um único relatório, em formato PDF, com a consolidação de todas as atividades realizadas:

<abrir item para upload>